

Rotinas Administrativas do PJERJ

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-PJERJ-001 – Documento Estratégico do PJERJ

Com vigência a partir de 19/12/2013

RAD sem referências

RAD-PJERJ-002 – Organização da Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade e Controle da Informação Documentada

Com vigência a partir de 10/07/2023

Decreto nº 7.845/2012 – Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2007 – Disciplina a padronização da Tabela de Tipos de Assuntos do Sistema de Protocolo Administrativo (PROT) de acordo com o Código de Classificação (CCD) e dispõe sobre o arquivamento de processos administrativos, documentos e expedientes;

Resolução TJ/OE nº 06/2014 - Dispõe sobre a padronização dos Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

RAD-PJERJ-004 – Tratamento de Não Conformidades

Com vigência a partir de 25/07/2023

RAD sem referências

RAD-PJERJ-005 – Auditorias de Gestão

Com vigência a partir de 20/10/2022

RAD sem referências

RAD-PJERJ-006 – Implementação e Gerenciamento da Gestão Estratégica e de Inovações na Gestão Operacional do PJERJ

Com vigência a partir de 21/10/2022

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ Nº 26/2013 – Regulamenta o procedimento de solicitação de alterações em sistemas corporativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução CNJ nº 325/2020 - Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2021 - Estabelece a Política de Gestão Estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro 2021-2026 (PJERJ);

Resolução TJ/OE/RJ nº 12/2021 - Aprova o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

RAD-PJERJ-007 – Consolidar e Divulgar Informações Gerenciais

Com vigência a partir de 21/10/2022

RAD sem referências

RAD-PJERJ-008 – Siglário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Com vigência a partir de 02/06/2021

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial;

Lei 6.956/15 – Dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;

Resolução CNJ 215/2015 - Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;

Resolução TJ/OE nº 07/2021 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo 8/2018 - Dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão, do Acesso as Informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-PJERJ-009 – Glossário do Sistema de Gestão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Com vigência a partir de 25/07/2023

RAD sem referências

RAD-PJERJ-010 – Medir a Percepção do Usuário

Com vigência a partir de 20/10/2022

Lei nº 12.527 – Lei de acesso às informações que dispõe sobre procedimentos a serem observados pela União, estados, Distrito Federal e Municípios;

Lei nº 13.460 – Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Ato Normativo 8/2018 – Dispõe sobre o serviço de informação ao cidadão, do acesso às informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-PJERJ-012 – Implementar e Manter o SIGA nas Unidades Jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Com vigência a partir de 08/11/2019

RAD sem referências

RAD-PJERJ-013 – Implementar e Manter o SIGA nas Unidades do PJERJ

Com vigência a partir de 15/10/2021

RAD sem referências

RAD-PJERJ-014 – Gestão de Riscos

Com vigência a partir de 25/07/2023

Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 9.203/2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Resolução - TCU Nº 287/2017 - Dispõe sobre a política de gestão de riscos do Tribunal de Contas da União e altera as Resoluções-TCU 266, de 30 de dezembro de 2014, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; a 261, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional (PSI/TCU) e o Sistema de Gestão de Segurança Institucional do Tribunal de Contas da União (SGSIN/TCU) e a 247, de 7 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União;

Resolução OE nº 04/2023 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-PJERJ-015 – Gestão de Riscos

Com vigência a partir de 27/06/2023

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos – Diretrizes;

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR ISO 31010 – Gestão de Riscos – Técnicas para o processo de avaliação de Riscos;

Resolução TJ/OE Nº 12/2021, de 31 de maio de 2021– Aprova o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

Ato Executivo TJRJ Nº 81/2022, de 13 de junho de 2022 – Institui o Programa de Integridade no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Nº 10/2023, de 17 de março de 2023 – Estabelece o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ Nº 11/2023, de 17 de março de 2023 – Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance e dá outras providências;

Aviso TJ Nº 72/2023, de 22 de junho de 2023 – Avisa sobre a obrigatoriedade do mapeamento de riscos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e fixa cronograma inicial;

Plano de Gestão de Riscos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Guia Prático de Mapeamento de Riscos.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

